



EMENDA Nº _____ - PLEN
(ao Projeto de Lei nº 2324, de 2020)

Acrescenta-se o §21 ao art. 3º, contido no art. 1º do PL nº 2324, de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....
§ 21. Os hospitais poderão compensar a justa indenização definida de modo justificado pela CIB, nos termos do § 18, com tributos federais vencidos ou vincendos.”

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia da Covid-19 tem afetado diversos setores da economia, dentre eles, a rede hospitalar privada. Hospitais com muitos pacientes acometidos pelo novo coronavírus contabilizaram enormes gastos com a compra de equipamentos de proteção e aumento de funcionários, ao mesmo tempo em que alguns outros serviços hospitalares ficam paralisados.

Um considerável número de pacientes passou a ir aos hospitais somente em último caso, postergando procedimentos que ali se realizariam. Outros passaram a procurar atendimento por telemedicina, nos termos da Portaria nº 467, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que regulamenta atendimentos médicos à distância durante a atual pandemia.

Além disso, os pacientes afetados pela Covid-19 permanecem nas unidades hospitalares por longo período de tempo em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), demandando não só a ininterrupta utilização de equipamentos caros, tais como ventiladores, como também os cuidados constantes de múltiplos especialistas.

Com a utilização compulsória dos leitos, conforme prevista no PL, os hospitais terão ainda mais despesas, as quais poderão dificultar consideravelmente seu equilíbrio-financeiro, gerando-lhes enormes prejuízos financeiros. Essa situação ainda poderá ser agravada, tendo em vista possíveis atrasos no pagamento da justa indenização fixada pela Comissão de Intergestores Bipartite (CBI).





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Wellington Fagundes

O Código Tributário Nacional (CTN) dispõe sobre a possibilidade de compensação de créditos tributários, nos seguintes termos:

Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.

Diante dessa realidade, a compensação da justa indenização pelo uso compulsório dos leitos dos hospitais particulares do País, definida de modo justificado pela CIB, com os tributos federais vencidos e vincendos ajusta-se perfeitamente ao CTN, conforme dispositivo legal supracitado; sendo, portanto, justa e meritória esta proposta de emenda.

Sala de Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



SF/20793.62930-13